



Este é um artigo em acesso aberto distribuído nos termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

SUPREMA ENTREVISTA

Catalina Botero Marino¹⁻²

Entrevistada por:

Livia Gil Guimarães³

Patrícia Perrone Campos Mello⁴

Raquel Beutel Semenzato Proazzi⁵



Fonte: foto fornecida pela entrevistada (livre de direitos autorais)/ Fuente: foto enviada por la entrevistada (libre de derechos de autor)

Catalina Botero Marino é advogada, diretora da *UNESCO Chair on Freedom of Expression* da Universidad de los Andes e especialista em Direito Constitucional, Direito Internacional

Catalina Botero Marino es abogada, directora de la *UNESCO Chair on Freedom of Expression* de la Universidad de los Andes y especialista en Derecho Constitucional, Derecho Internacional

¹ GUIMARÃES, Livia Gil; MELLO, Patrícia Perrone Campos; BEUTEL, Raquel. Entrevista com Catalina Botero Marino. *Suprema*: revista de estudos constitucionais, Brasília, v. 4, n. 2, p. 21-43, jul./dez. 2024. DOI: <https://doi.org/10.53798/suprema.2024.v4.n2.a421>.

² Agradecemos às estagiárias Luana Ainoã Viana de Souza e Mariá Silva Brilhante de Medeiros, que auxiliaram com a pesquisa e levantamento das informações exploradas nesta entrevista.

³ Doutora e Mestre em Direito Constitucional pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). Professora voluntária na Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (UnB). Pesquisadora associada do Grupo Constituição, Política e Instituições (Copi) e Coordenadora do Grupo de Pesquisas e Estudos sobre Inclusão na Academia (GPEIA), ambos na USP. Coordenadora de Pesquisas Judiciárias da Secretaria de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação do STF. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3072761339331439>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7764-3301>. E-mail: liviagilguimaraes@gmail.com.

⁴ Professora-Doutora Titular do Programa Graduação e Pós-Graduação do Centro Universitário de Brasília (CEUB). Professora Adjunta de Direito Constitucional da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Secretária de Altos Estudos do Supremo Tribunal Federal. Doutora e Mestre em Direito pela UERJ. Realizou estudos pós-doutorais na Harvard Kennedy School (Ash Center for Democratic Governance and Innovation, EUA) e no Max Planck Institute for Comparative Public Law and International Law (Alemanha). Procuradora do Estado do Rio de Janeiro (2000-2024). Editora-Chefe da Revista Brasileira de Políticas Públicas (CEUB) e da Suprema Revista de Estudos Constitucionais (STF). Membro do Comitê Executivo da International Association of Constitutional Law (IACL). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5868299371482978>. E-mail: patricia.mello@stf.jus.br

⁵ Graduada em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB). Graduada em Direito pelo Centro Universitário de Brasília (CEUB). Pesquisadora da Coodenadoria de Pesquisas Judiciárias da Secretaria de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação do STF. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1458334052231908>. E-mail: raquel.proazzi@stf.jus.br

dos Direitos Humanos, Justiça de Transição, Liberdade de Expressão e Acesso à Informação. Contribuiu como copresidente para a construção do *Oversight Board*, é especialista do projeto *Global Freedom of Expression* da Universidade de Columbia desde 2017, sócia fundadora da organização *DeJusticia* e Comissária do *International Commission of Jurists*. Botero Marino também atuou como Relatora Especial para a Liberdade de Expressão da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) entre 2008 e 2014, foi Magistrada Auxiliar e Juíza Adjunta na Corte Constitucional da Colômbia e diretora da Faculdade de Direito da *Universidad de Los Andes* entre 2016 e 2021.

A trajetória acadêmica da Professora Catalina se iniciou na *Universidad de Los Andes*, onde se graduou em Direito e seguiu para a pós-graduação em Gestão Pública e Direito Administrativo. Em seguida, mudou-se para Madri, onde concluiu sua pós-graduação em Direitos Humanos na *Universidad Complutense*. Na mesma cidade, estudou Direito Constitucional e Ciências Políticas no Centro de Estudos Constitucionais e formou-se em Estudos Avançados (DEA) na *Universidad Carlos III*. Sua experiência docente inclui a Faculdade de Direito da *Universidad Externado de Colombia* e da *Universidad de los Andes*; a Faculdade de Direito e Ciências Políticas da *Universidad Nacional de Colombia* e a atuação como professora convidada da Faculdade de Direito da *American*

de los Derechos Humanos, Justicia de Transición, Libertad de Expresión y Acceso a la Información. Contribuyó como copresidenta a la construcción del *Oversight Board de Meta*, es especialista del proyecto *Global Freedom of Expression* de la Universidad de Columbia desde 2017, socia fundadora de la organización *DeJusticia* y Comisaria del *International Commission of Jurists*. Botero Marino también actuó como Relatora Especial para la Libertad de Expresión de la Comisión Interamericana de Derechos Humanos de la Organización de los Estados Americanos (OEA) entre 2008 y 2014, durante más de nueve años fue Magistrada Auxiliar y Conjueza en la Corte Constitucional de Colombia y Directora de la Facultad de Derecho de la Universidad de los Andes entre 2016 y 2021.

La trayectoria académica de la Profesora tuvo su inicio en la Universidad de los Andes, donde se licenció en Derecho y a continuación realizó sus estudios de posgrado en Gestión Pública y Derecho Administrativo. Posteriormente, se marchó a Madrid, en donde cursó un posgrado en Derechos Humanos en la Universidad Complutense. En esta misma ciudad, estudió Derecho Constitucional y Ciencia Política en el Centro de Estudios Constitucionales y se tituló en Estudios Avanzados (DEA) en la Universidad Carlos III. Su experiencia docente incluye la Facultad de Derecho de la Universidad Externado de Colombia y de la Universidad de los Andes; la Facultad de Derecho y Ciencia Política de la Universidad Nacional de Colombia y su actuación como profesora visitante de la Facultad de Derecho de la

University em Washington DC. e como professora convidada do Max Planck Institute for Comparative Public Law and International Law. Catalina Botero Marino também contribuiu para a formação continuada de juristas, sendo professora na Escola Judicial Rodrigo Lara Bonilla do Conselho Superior da Magistratura da Colômbia e palestrante da Cátedra Ciro Angarita Barón, da *Defensoría del Pueblo*.

A entrevistada foi parte do Painel Externo de Transparência do *Inter-American Development Bank*, do Conselho Consultivo da *International Bar Association's Human Rights Institute* e do observatório global *Internet & Jurisdiction Project*. Outras experiências incluem a participação no comitê acadêmico internacional do *Centro de Estudios de Libertad de Expresión y Acceso a la Información* da *Universidad de Palermo* e da Junta Diretiva da *Fundación para la Libertad de Expresión*, atuação na assessoria do Tribunal Eleitoral do Poder Judiciário da Federação do México e participação no Conselho Acadêmico do Centro de Estudos Constitucionais da *Suprema Corte de Justicia de la Nación de México*. *Tem escrito relatórios e artigos sobre direitos humanos e liberdade de expressão traduzidos a vários idiomas.*

Parte 1 – Trajetória, vida acadêmica e profissional

Suprema. Professora, a senhora é referência nos estudos jurídicos e na

American University em Washington D.C. y como profesora invitada del Max Planck Institute for Comparative Public Law and International Law. Catalina Botero Marino también ha trabajado con la educación continua de juristas, impartiendo clases en distintas escuelas judiciales como la Escuela Judicial Rodrigo Lara Bonilla del Consejo Superior de la Judicatura de Colombia y panelista de la Cátedra Ciro Angarita Barón, de la Defensoría del Pueblo.

La entrevistada integró el Panel Externo de Transparencia del *Inter-American Development Bank*, el Consejo Consultivo de la *International Bar Association's Human Rights Institute* y el observatorio global *Internet & Jurisdiction Project*. Otras experiencias incluyen la participación en el comité académico internacional del Centro de Estudios de Libertad de Expresión y Acceso a la Información de la Universidad de Palermo y de la Junta Directiva de la Fundación para la Libertad de Expresión; la actuación en la asesoría del Tribunal Electoral del Poder Judicial de la Federación de México y la participación en el Consejo Académico del Centro de Estudios Constitucionales de la Suprema Corte de Justicia de la Nación de México. Ha escrito informes y artículos sobre derechos humanos y libertad de expresión traducidos a varios idiomas.

Parte 1 – Trayectoria, vida académica y profesional

Suprema. Profesora, Usted es una referencia en los estudios jurídicos y en la

defesa dos direitos humanos. Sabemos que há diferentes componentes que influenciam a vida das pessoas, os quais podem impactar as escolhas acadêmicas e profissionais, como é o caso das companhias, dos lugares por onde transitou, da família, dos amigos e de tantos outros. Poderia nos contar como percebe o papel e a importância desses elementos para o desenvolvimento de sua trajetória profissional?

Estudei leis e tenho exercido o direito como um instrumento de defesa dos direitos humanos, em grande parte marcado pelas vivências da minha infância. No último século, a Colômbia teve uma breve ditadura, mas vem tendo vários governos autoritários com práticas de repressão, como prisões arbitrárias, tortura e execuções extrajudiciais. No final da década de 1970, grandes amigos dos meus pais, que estavam sendo perseguidos por suas crenças políticas, passavam pela minha casa – um lar amável, plural e que respeitava as diferenças. Apesar dos esforços dos meus pais para nos proteger do sofrimento que acompanhava essas histórias, era impossível que não víssemos o que estava acontecendo. Em situações tão dramáticas, o acesso a um advogado ou a um juiz correto era capaz de evitar grandes injustiças. Essa experiência deixou uma marca definitiva em mim.

Suprema. Durante os seus anos como estudante universitária, a senhora participou ativamente da *Séptima Papeleta*⁶,

⁶ Durante as eleições de 1990 da Colômbia, frente a um processo político marcado pela violência, estudantes

defensa de los derechos humanos. Sabemos que hay diferentes elementos que influyen en la vida de una persona, que pueden tener impactos en las elecciones académicas y profesionales, como es el caso de las compañías, de los lugares por donde ha pasado, de la familia, de los amigos y de tantos otros. ¿Podría decirnos cómo percibe el papel y la importancia de estos elementos en el desarrollo de su trayectoria profesional?

Estudí leyes y he ejercido el derecho como un instrumento de defensa de derechos humanos, en buena parte, marcada por vivencias de mi infancia. Colombia en el último siglo tuvo una corta dictadura, pero ha tenido varios gobiernos autoritarios con prácticas de represión como las detenciones arbitrarias, la tortura y las ejecuciones extrajudiciales. A finales de la década de los 70's por mi casa – un hogar amable, plural y respetuoso de las diferencias –, desfilaron buenos amigos de mis padres que estaban siendo perseguidos por sus ideas políticas. A pesar de los esfuerzos de mis padres para protegernos del sufrimiento que acompañaba esas historias, era imposible que no lo viéramos. En esas dramáticas situaciones, el acceso a un abogado o a un juez correcto lograba evitar enormes injusticias. Esa experiencia me marcó de manera definitiva.

Suprema. A lo largo de sus años como estudiante universitaria, Usted participó activamente en la “*Séptima Papeleta*”¹, un importante movimiento que

¹ Durante las elecciones de 1990 en Colombia, ante un proceso político marcado por la violencia, los estudiantes

movimento importante que resultou na Assembleia Constituinte da Colômbia de 1991. Na sua opinião, qual é a importância das mobilizações populares para transformar as realidades constitucionais de um país? Sente que o fato de ter participado tão jovem desse movimento impactou sua forma de enxergar o direito?

A mobilização popular é um mecanismo poderoso para expressar ideias, denunciar abusos e transformar realidades. Na Colômbia, a mobilização estudantil foi decisiva para alcançar mudanças libertadoras e esperanças, como as que surgiram a partir da Constituição de 1991. O movimento estudantil que deu origem a essa Constituição era formado por jovens de todas as classes sociais e de diferentes universidades públicas e privadas. Jovens que cresceram em meio a um conflito armado interno e foram ensinados a temerem uns aos outros. Porém, nesse contexto de violência brutal, de bombas do tráfico de drogas, de assassinato de 4 pré-candidatos à presidência e de homicídio de milhares de líderes políticos, decidimos desafiar nossos medos e con-

universitários protagonizaram o movimento *Séptima Papeleta*, que convocou a população a depositar uma sétima cédula nas urnas reivindicando a realização de uma Assembleia Constituinte. Diante da pressão popular, o presidente à época, Virgílio Barco, realizou um plebiscito oficial durante as eleições presidenciais, em que mais de 5 milhões de colombianos votaram a favor da Constituinte. A nova Constituição colombiana viria a ser promulgada no dia 4 de julho de 1991, consolidando-se enquanto uma das mais inovadoras e respeitadas da América Latina. Para saber mais em uma breve consulta, ver: <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-51829209>.

dio lugar a la Asamblea Constituyente de Colombia de 1991. En su opinión, ¿qué importancia tienen las movilizaciones populares en la transformación de realidades constitucionales de un país? ¿Cree que haber participado en este movimiento en una edad tan temprana ha tenido un impacto en su forma de ver el derecho?

La movilización popular es un poderoso motor para expresar ideas, denunciar atropellos y transformar realidades. En Colombia, la movilización estudiantil fue determinante para lograr cambios oxigenantes y esperanzadores como los que surgieron a partir de la Constitución de 1991. El movimiento estudiantil que dio origen a esa Constitución, estaba integrado por jóvenes de todos los sectores sociales y de distintas universidades públicas y privadas. Jóvenes que habían crecido en medio de un conflicto armado interno y educados para temerse entre sí. Sin embargo, en el contexto de una violencia brutal, de las bombas del narcotráfico, del asesinato de 4 precandidatos presidenciales y del homicidio de miles de líderes políticos, decidimos desafiar los miedos y confiar los unos

universitarios lideraron el movimiento “Séptima Papeleta”, que convocaba a la población a depositar, en las elecciones generales de ese año, una séptima papeleta en las urnas pidiendo la realización de una Asamblea Constituyente. Ante la presión popular, el entonces presidente, Virgilio Barco, convocó un plebiscito oficial durante las elecciones presidenciales, en el que más de 5 millones de colombianos votaron a favor de la Constituyente. La nueva Constitución Colombiana se promulgó el 4 de julio de 1991 y se ha convertido en una de las más innovadoras y respetadas de América Latina. Para más información, véase: <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-51829209>.

fiar uns nos outros. Fizemos do respeito às nossas diferenças uma das nossas maiores fortalezas. Romper com o mito de que não cabíamos no mesmo país foi uma experiência profundamente emocionante. Com pouquíssimos recursos, nos mobilizamos por todo o território e organizamos redes, reuniões, assembleias, marchas, publicações, panfletos, tudo com o propósito de que fosse convocada uma assembleia constitucional que nos permitisse ter um novo pacto político. E assim foi feito. O resultado foi uma bela constituição, que hoje continua sendo o ponto de comunhão mais importante para o povo da Colômbia. Essa foi uma das poucas vezes na história de toda a nossa região em que uma constituição surgiu de um verdadeiro acordo comum e não do triunfo efêmero de uma maioria política conjuntural.

Suprema. Ao observar o percurso desenhado em sua carreira, percebe-se uma transição de sua atuação profissional do Direito Administrativo para os Direitos Humanos. Como foi esse processo de transição de área? Existiram influências marcantes, sejam elas acadêmicas, sejam pessoais, que a motivaram a seguir por esse novo caminho?

Iniciei minha carreira em 1992, na Corte Constitucional, com um juiz excepcional (Ciro Angarita). Minha função era auxiliar na projeção de decisões sobre direitos fundamentais, e, para isso, eu tinha de atender aos ditames do direito internacional, visto que foram incorporados ao ordenamento interno de forma expressa pela Constituição colombiana,

en los otros. Hicimos del respeto por nuestras diferencias una de nuestras más importantes fortalezas. Romper el mito de que no cabíamos en el mismo país, fue una experiencia profundamente emocionante. Con muy pocos recursos nos movilizamos por todo el territorio y organizamos redes, reuniones, asambleas, marchas, publicaciones, panfletos, todo con el propósito de que fuera convocada una asamblea constituyente que nos permitiera tener un nuevo pacto político. Y así fue. El resultado fue una bella constitución que hoy sigue siendo el punto más importante de comunión de las personas en Colombia. Es una de las pocas veces en la historia de toda nuestra región, en el que una constitución surge de un verdadero acuerdo común y no del triunfo efímero de una mayoría política coyuntural.

Suprema. Si observamos su trayectoria, podemos ver una transición en su actuación profesional del Derecho Constitucional al derecho internacional de los Derechos Humanos. ¿Cómo se desarrolló este proceso de transición? ¿Hubo alguna influencia relevante, ya sea académica o personal, que le motivó a seguir este nuevo camino?

Comencé mi carrera en 1992 en la Corte Constitucional con un juez excepcional (Ciro Angarita). Mi tarea era ayudar en la proyección de decisiones sobre derechos fundamentales y, para ello, tenía que atender a los dictados del derecho internacional, pues la Constitución colombiana expresamente lo incorpora al ordenamiento interno, dando lugar

dando origem ao que é conhecido como “bloco de constitucionalidade”. Em 2008, depois de muitos anos na Corte e de ter passado por outros lugares, nos quais o direito internacional é muito relevante, como é o caso da *Defensoría del Pueblo*, decidi concorrer ao cargo de Relatora Especial de Liberdade de Expressão da Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Fui eleita e foi a partir daí que me dediquei a trabalhar essencialmente com direito internacional dos direitos humanos.

Suprema. No âmbito da prática jurídica, a senhora foi *Conjueza*⁷ na Corte Constitucional da Colômbia (CCC). Além disso, atuou como Magistrada Auxiliar durante diversos períodos. Como avalia sua experiência de participação ativa na CCC? Acredita que os seus estudos sobre liberdade de expressão e defesa da democracia impactaram ou foram impactados por essa atuação?

Entreí na Corte Constitucional em um momento magnífico, em que todos os magistrados (no início, eram todos homens), apesar de suas diferentes origens e filiações ideológicas, deixaram-se contagiar pelo espírito dessa nova constituição e a implementaram a todo vapor. O direito constitucional foi transformado

a lo que se conoce como el “bloque de Constitucionalidad”. En 2008, después de muchos años en la Corte y de haber pasado por otros lugares en los cuales el derecho internacional es muy relevante, como la Defensoría del Pueblo, decidí presentarme al concurso para el cargo de Relatora Especial de Libertad de Expresión de la Comisión Interamericana de Derechos Humanos. Fui seleccionada y fue a partir de ahí cuando me concentré a trabajar esencialmente en derecho internacional de los derechos humanos.

Suprema. Hablemos de su papel como “Conjueza”² en la Corte Constitucional de Colombia (CCC), y como Magistrada Auxiliar durante varios periodos. ¿Cómo calificaría su experiencia de participación activa en la CCC? ¿Cree que sus estudios sobre libertad de expresión y defensa de la democracia han producido un impacto o se han visto impactados por este trabajo?

Entré a la Corte Constitucional en un momento magnífico en el cual el conjunto de magistrados (al inicio eran todos hombres) a pesar de sus distintos orígenes y filiaciones ideológicas, se dejaron contagiar por el espíritu de esa nueva constitución y la pusieron en marcha a todo vapor. El derecho constitucional se

⁷ *Conjueces* são advogados ou advogadas nomeados pelas Corporações Judiciais para atuarem como magistrados ou conselheiros de Estado na Corte Constitucional da Colômbia, quando há empate na votação ou quando não é possível formar o quórum necessário para uma decisão. A informação foi retirada e traduzida do site: <https://www.consejodeestado.gov.co/conjueces/index.htm>.

² Los *Conjueces* son abogados o abogadas nombradas por las Corporaciones Judiciales para actuar como magistrados o consejeros de Estado en la Corte Constitucional de Colombia, cuando se presenta un empate en una votación o no es posible integrar el quórum necesario para que se dé una decisión. Esta información fue extraída de la siguiente página web: <https://www.consejodeestado.gov.co/conjueces/index.htm>.

em um poderoso mecanismo de proteção dos direitos humanos. Graças à *acción de tutela* (um novo recurso introduzido pela Constituição de 1991), centenas de milhares de pessoas puderam, pela primeira vez, recorrer diretamente a um juiz constitucional para que tivessem seus direitos protegidos. Milhares de respostas judiciais oportunas e justas fizeram com que as pessoas pudessem sentir os benefícios concretos de viver em um estado social de direito. Nesse processo, um dos direitos protegidos de forma robusta pela Corte foi o direito à liberdade de expressão. Minha passagem pela Corte foi essencial para aprender com grandes mestres sobre como ponderar esses direitos e extrair o melhor dos textos legais que lhe conferem garantias reforçadas. Esse aprendizado foi fundamental para que eu pudesse enfrentar os desafios regionais que competem à relatoria. Posteriormente, os padrões que elaboramos com a equipe da relatoria têm sido utilizados e aprimorados por vários tribunais constitucionais, incluindo a Corte Colombiana. Um círculo virtuoso de permanente aprendizagem, que fez parte daquilo que renomados acadêmicos do Instituto Max Planck denominaram um verdadeiro direito constitucional comum transformador.

Suprema. A senhora ocupou o importante cargo de Diretora da Faculdade de Direito da *Universidad de los Andes*⁸.

⁸ Catalina foi nomeada Decana de Direito da Universidade em 2016 e permaneceu no cargo até 2021. Notícia disponível no site da Universidade: <https://www.uniandes.edu.co/es/noticias/nombramientos/catalina-botero-nueva-decana-de-derecho>.

convirtió en un poderoso mecanismo de protección de derechos humanos. Gracias a la *acción de tutela* (un nuevo recurso introducido por la Constitución de 1991) cientos de miles de personas pudieron, por primera vez, acudir directamente a un juez constitucional para que les protegiera sus derechos. Miles de respuestas judiciales oportunas y justas, hicieron sentir a la gente los beneficios concretos de vivir en un estado social de derecho. En ese proceso, uno de los derechos que la Corte protegió de manera muy robusta fue el derecho a la libertad de expresión. El paso por la Corte fue esencial para aprender de grandes maestros, sobre como ponderar este derecho y extraer lo mejor de los textos legales que le otorgan garantías reforzadas. Ese aprendizaje fue fundamental para enfrentarme a los desafíos regionales que le competen a la Relatoría. Posteriormente, los estándares que elaboramos con el equipo de la Relatoría han sido utilizados y enriquecidos por varios tribunales constitucionales, incluyendo la Corte Colombiana. Un círculo virtuoso de permanente aprendizaje, que hizo parte de lo que destacados académicos del instituto Max Planck han denominado un verdadero derecho constitucional común transformador.

Suprema. Usted ocupó el importante cargo de Directora de la Facultad de Derecho la *Universidad de los Andes*³.

³ Catalina fue nombrada decana de Derecho de la Universidad en 2016 y permaneció en el cargo hasta 2021. Noticia disponible en la página de la Universidad: <https://www.uniandes.edu.co/es/noticias/nombramientos/catalina-botero-nueva-decana-de-derecho>.

Poderia nos contar um pouco sobre essa experiência que é, infelizmente, ainda pouco usual para muitas mulheres no campo das instituições de ensino do direito? Apesar dos avanços para o alcance da igualdade de gênero, quais barreiras socioculturais ainda precisam ser enfrentadas para que mais mulheres ocupem espaços de relevo, em que suas vozes sejam ouvidas e respeitadas nos campos de atuação e de representação política?

A Universidade dos Andes tem uma tendência igualitária notável. Atualmente, a reitora é uma mulher. No entanto, ao longo de minha carreira profissional, aprendi que, diferentemente dos homens, quando se trata de escolher uma mulher para um cargo elevado, sempre surgem pretextos: ou você é muito jovem ou muito velha; ou não é qualificada ou é qualificada demais; ou é excessivamente emotiva ou não tem caráter. Não é incomum que uma ideia expressa por uma mulher passe despercebida em uma reunião de trabalho, mas seja considerada um golpe de gênio quando é manifestada posteriormente por um homem. Essas barreiras são mais difíceis de superar do que parecem e, muitas vezes, não são compreendidas por aqueles que não as enfrentam. Alguns ridicularizam sua existência, enquanto outros, mesmo quando são responsáveis por trabalhar com questões de gênero, reproduzem esses preconceitos. No entanto, muitas mulheres que vieram antes de mim, e espero que nós depois delas, contribuimos para facilitar um pouco o caminho para as novas gerações.

¿Podría contarnos un poco sobre esta experiencia que, lamentablemente, sigue siendo poco usual para muchas mujeres en el ámbito de las instituciones de enseñanza del derecho? A pesar de los avances para llegar a la igualdad de género, ¿qué barreras socioculturales aún deben ser enfrentadas para que más mujeres ocupen espacios destacados en los que sus voces sean escuchadas y respetadas en los campos de actuación y de representación política?

La Universidad de los Andes tiene una notable tendencia igualitaria. En la actualidad, la rectora es una mujer. Sin embargo, a lo largo de mi carrera profesional he aprendido que, a diferencia de los hombres, cuando se trata de elegir a una mujer para ocupar un alto cargo, siempre surgen pretextos: o eres demasiado joven o demasiado mayor; o no tienes las cualificaciones para ejercer el cargo o estás sobrecualificada; o eres excesivamente emocional o te falta carácter. No es extraño que una idea expresada por una mujer pase desapercibida en una reunión de trabajo, solo para ser luego considerada una genialidad cuando, más tarde, la manifiesta un hombre. Esas barreras son más difíciles de superar de lo que parece, y muchas veces no son comprendidas por quienes no las viven. Hay quienes se burlan de su existencia, mientras que otros, incluso cuando tienen como responsabilidad trabajar en temas de género, reproducen esos sesgos. No obstante, muchas mujeres que me precedieron, y espero que nosotras después de ellas, hayamos contribuido a aliviar un poco el camino para las nuevas generaciones.

Suprema. Dentre os relevantes projetos para os direitos humanos dos quais participou e participa, destaca-se o *Dejusticia*⁹, organização fundamental na promoção dos direitos humanos e da justiça social, que combina pesquisa acadêmica, *advocacy* e litigância estratégica. Poderia nos contar como sua formação influenciou a criação do *Dejusticia* e de que forma as propostas da organização evoluíram, desde sua origem, para enfrentar os desafios do campo da justiça social?

A *Dejusticia* foi fundada por um grupo de professores que queriam combinar o ativismo na proteção dos direitos humanos com o rigor acadêmico. Buscamos fundar uma entidade com um compromisso científico inabalável, mas que também tivesse o objetivo de intervir e influenciar importantes debates atuais sobre direitos humanos. Acredito que hoje a *Dejusticia* alcançou esse objetivo, é uma organização líder na produção de conhecimento acadêmico destinado a enfrentar, como você aponta em sua pergunta, os desafios da justiça social, mas também as novas/velhas ameaças que estão ressurgindo em nossas frágeis democracias e até mesmo os desafios associados à irrupção tecnológica.

⁹ Mais informações podem ser encontradas no *site* do projeto: <https://www.dejusticia.org/nosotros/#quienes-somos>.

Suprema. Entre los relevantes proyectos para los derechos humanos de los que ha participado y sigue participando, se destaca *Dejusticia*⁴, una organización fundamental en la promoción de los derechos humanos y de la justicia social, que reúne a la investigación académica, a la *advocacy* y a la litigación estratégica. ¿Podría decirnos cómo influyó su formación en la creación del *Dejusticia* y cómo han evolucionado las propuestas de la organización, desde su creación, para enfrentar a los retos del ámbito de la justicia social?

Dejusticia fue fundada por un grupo de profesores que queríamos combinar el activismo en la protección de los derechos humanos con el rigor académico. Buscábamos entonces fundar una entidad con un inquebrantable compromiso científico pero encaminada a intervenir e incidir en debates actuales de importancia en materia de derechos humanos. Creo que hoy *Dejusticia* ha logrado ese propósito. Es una organización líder en la producción de conocimiento académico orientado a afrontar, -como lo señalas en tu pregunta-, los retos de la justicia social, pero también las nuevas/viejas amenazas que están reapareciendo en nuestras frágiles democracias e, incluso, los desafíos asociados a la irrupción tecnológica.

⁴ Para más información, acceda a la página web del proyecto: <https://www.dejusticia.org/nosotros/#quienes-somos>.

Parte 2 – Liberdade de expressão, acesso à informação e novas tecnologias

Suprema. A senhora ocupou, entre 2008 e 2014, o cargo de Relatora Especial para a Liberdade de Expressão, na Organização dos Estados Americanos (OEA), função que visa criar padrões internacionais para assegurar o acesso à informação, a diversidade de opiniões e a proteção de jornalistas e comunicadores. Tendo em vista sua vasta experiência acadêmica e profissional, qual importância que a senhora atribui aos organismos internacionais na garantia da liberdade de expressão?

Acredito que eles são essenciais. Hoje, mais do que nunca, neste século. Hoje a liberdade de expressão é um direito sob grande ameaça. A região tem alguns dos lugares mais perigosos do mundo para ser jornalista, depois da Ucrânia e de Gaza. Certos líderes políticos parecem competir pelo primeiro lugar na categoria dos que mais insultam jornalistas ou opositores. Alguns estados estão até mesmo dismantando as instituições encarregadas de garantir o direito de acesso à informação. E, finalmente, a maneira como as redes sociais operam significa que, não raramente, a liberdade de expressar ideias é substituída por um ruído ensurdecedor e excludente que silencia muitas vozes e impede a deliberação. As organizações internacionais, como a relatoria

Parte 2 – Libertad de expresión, acceso a la información y nuevas tecnologías

Suprema. Entre 2008 y 2014, usted ocupó el cargo de Relatora Especial para la Libertad de Expresión en la Organización de Estados Americanos (OEA), cuyo objetivo era crear normas internacionales para garantizar el acceso a la información, la diversidad de opinión y la protección de periodistas y comunicadores. Dada su amplia experiencia académica y profesional, ¿qué importancia cree que tienen las organizaciones internacionales para garantizar la libertad de expresión?

Creo que son esenciales. Hoy más que nunca antes en el presente siglo. Actualmente, la libertad de expresión es un derecho muy amenazado. En la región están algunos de los lugares más peligrosos del mundo para ejercer el periodismo después de Ucrania y Gaza. Ciertos líderes políticos parecen competir por obtener el primer puesto en la categoría de los que más insultan a periodistas u opositores. Algunos Estados están incluso dismantando las instituciones encargadas de garantizar el derecho de acceso a la información. Y para culminar, la manera como operan las redes sociales hace que, no pocas veces, la libertad de expresar ideas sea sustituida por un ruido ensordecedor y excluyente que silencia muchas voces e impide la deliberación. Las organizaciones internacionales

ou a própria CIDH, podem ver isso em perspectiva, documentar, denunciar e tornar visíveis os abusos que alguns governos querem normalizar; lembrar e desenvolver padrões democráticos sobre o assunto; e promover decisões quase judiciais ou judiciais que condenem práticas antidemocráticas. Isso não é um feito fácil, mas também é preciso dizer que é insuficiente. A proteção mais eficaz da liberdade de expressão e de outros direitos humanos depende de a grande maioria das pessoas, em cada país, defender as instituições nacionais de proteção, como o judiciário independente. Se as pessoas, movidas por emoções negativas, contribuírem para a destruição das instituições nacionais criadas para proteger seus direitos, elas acabarão sofrendo as consequências da solitária e dolorosa indefensibilidade a que levam os autoritarismos.

Suprema. Sobre os efeitos das redes sociais no sistema democrático, temos visto a amplificação de discursos de ódio e um descontrole na circulação de desinformação. Como estudiosa da liberdade de expressão nas Américas, de que forma acredita que as novas tecnologias e as plataformas de comunicação digitais podem fortalecer ou fragilizar o papel da imprensa livre em contextos políticos de ataques antidemocráticos? Como os tribunais e as cortes podem atuar nesses cenários e fomentar a construção de espaços de livre circulação de ideias bem fundamentadas?

como la Relatoría o la propia CIDH pueden ver esto en perspectiva, documentar, denunciar y visibilizar los abusos que algunos gobiernos quieren normalizar, recordar y desarrollar estándares democráticos en el tema, y promover decisiones cuasi-judiciales o judiciales que condenen prácticas antidemocráticas. Esto no es poco, pero también hay que decir que es insuficiente. La protección más efectiva de la libertad de expresión y los otros derechos humanos depende de que la gran mayoría de las personas, en cada país, defiendan las instituciones nacionales de protección, como la judicatura independiente. Si la gente, movida por emociones negativas, contribuye a la destrucción de las instituciones nacionales creadas para proteger sus derechos, terminará sufriendo las consecuencias de la solitaria y dolorosa indefensión a la que conducen los autoritarismos.

Suprema. En cuanto a los efectos de las redes sociales sobre el sistema democrático, hemos visto la amplificación del discurso de odio y la falta de control sobre la circulación de la desinformación. Como estudiosa de la libertad de expresión en las Américas, ¿cómo cree que las nuevas tecnologías y las plataformas digitales de comunicación pueden fortalecer o debilitar el papel de la prensa libre en contextos políticos de ataques antidemocráticos? ¿Cómo pueden las cortes y tribunales actuar en estos escenarios y fomentar la construcción de espacios para la libre circulación de ideas bien fundamentadas?

Para começar, gostaria de mencionar que concordo com a premissa de sua pergunta. Acredito que é essencial recuperar a relevância e a confiança nas fontes tradicionais de informação que estão sujeitas a métodos rigorosos de verificação. A ciência, a academia e o jornalismo profissional não podem ser substituídos por rumores paranoicos ou teorias da conspiração que, muitas vezes, são maliciosamente amplificados e meticulosamente direcionados às pessoas mais sensíveis a essas informações. A desinformação e essas narrativas, que buscam nos fazer odiar uns aos outros, têm como objetivo principal destruir os laços de fraternidade e confiança na sociedade e nas instituições democráticas. Seu propósito é, muitas vezes, criar o contexto ideal para a ascensão de regimes autoritários que, sem exceção, tiveram consequências catastróficas.

Com relação à primeira parte da sua pergunta, para que as pessoas possam tomar decisões informadas, elas precisam ter acesso a essas fontes de informações confiáveis. Para isso, é essencial adotar medidas que permitam às pessoas distinguir o joio do trigo. As regulamentações europeias a esse respeito me parecem ser de grande relevância. Por exemplo, a chamada Lei de Serviços Digitais (DSA) na Europa obriga as grandes plataformas a serem mais transparentes e responsáveis pela forma como moderam o conteúdo, bem como pelo impacto de suas decisões de design e algoritmos. Também é essencial proteger o jornalismo independente e seu modelo de negócios. Caso contrá-

Déjame comenzar por mencionar que estoy de acuerdo con la premisa de tu pregunta. Creo que es indispensable recobrar la relevancia y la confianza en las fuentes tradicionales de información que se someten a métodos rigurosos de verificación. La ciencia, la academia, el periodismo profesional, no pueden ser substituidos por rumores paranoicos o por teorías de la conspiración que suelen ser amplificadas maliciosamente y dirigidas meticulosamente a las personas más sensibles a esta información. La desinformación y estas narrativas que persiguen que nos odiamos los unos con los otros, tienen como objetivo principal destruir los lazos de fraternidad y confianza en la sociedad y en las instituciones democráticas. Su propósito suele ser crear el contexto ideal para el surgimiento de regímenes autoritarios que, sin excepción, han tenido consecuencias catastróficas.

En cuanto a la primera parte de tu pregunta, para que la gente pueda tomar decisiones informadas debe tener acceso a esas fuentes de información confiable. Para ello es indispensable adoptar medidas que permitan a la gente diferenciar la paja del trigo. Las regulaciones europeas en este sentido, me parecen de gran relevancia. Por ejemplo, la llamada Ley de Servicios Digitales (DSA por sus siglas en inglés) en Europa, obliga a las grandes plataformas a ser más transparentes y a rendir cuentas sobre la manera como moderan el contenido, así como sobre los impactos que tienen sus decisiones de diseño, sus algoritmos. También es esencial proteger al periodismo independiente,

rio, não haverá jornalismo profissional e, como Amartya Sen corretamente apontou, sem jornalismo profissional não haverá informações confiáveis, desenvolvimento humano e democracias sólidas.

Por fim, o papel das cortes e tribunais é crucial na tarefa de proteger os direitos fundamentais na esfera digital. Há uma necessidade urgente de criar uma jurisprudência consistente para enfrentar os desafios impostos pelas novas tecnologias. Nesse sentido, vale a pena mencionar que os atores privados, como as plataformas, têm responsabilidades em relação aos direitos humanos e que alguns juízes constitucionais, em países como Alemanha, Itália, Brasil ou Colômbia, já as colocaram em prática. Os princípios usados por esses juízes derivam, em geral, da doutrina alemã de aplicação horizontal dos direitos humanos. Explico seus desenvolvimentos específicos em um artigo que será publicado em breve em um livro editado pela professora Flavia Piovesan no Brasil.

Suprema. Em um mundo hiperconectado, as tecnologias de informação e comunicação são meios facilitadores de acesso ao conhecimento e podem se consolidar como espaços democráticos de debate e de trocas culturais e artísticas. Todavia, o acesso a essas tecnologias não é a realidade de muitos que vivem em países imersos em desigualdades sociais, especialmente no Sul Global. Como a senhora enxerga as limitações e os desafios no campo da defesa do direito ao

así como su modelo de negocio. De otra forma no habrá periodismo profesional y, como lo señaló bien Amartya Sen, sin periodismo profesional no es posible contar con información confiable, desarrollo humano ni democracias solidas.

Finalmente, el papel de las Cortes y Tribunales es crucial en la tarea de proteger los derechos fundamentales en la esfera digital. Es urgente crear una jurisprudencia consistente para hacer frente a los desafíos que plantean las nuevas tecnologías. A este respecto, no sobra mencionar que los actores privados, como las plataformas, tienen responsabilidades en materia de derechos humanos y que algunos jueces constitucionales en países como Alemania, Italia, Brasil o Colombia, ya las han puesto en práctica. Los principios empleados por esos jueces surgen, en general, de la doctrina alemana de la aplicación horizontal de los derechos humanos. Sus desarrollos específicos los explico en un artículo que será publicado prontamente en un libro editado por la profesora Flavia Piovesan en Brasil.

Suprema. En un mundo hiperconectado, las tecnologías de la información y la comunicación facilitan el acceso al conocimiento y pueden consolidarse como espacios democráticos de debate e intercambio cultural y artístico. Sin embargo, el acceso a estas tecnologías no es la realidad de muchos que viven en países inmersos en desigualdades sociales, especialmente en el Sur Global. ¿Cómo ve las limitaciones y los retos en el ámbito de la defensa del

acesso à informação e à liberdade de expressão nesses países?

Acredito que alguns direitos digitais, como o direito à conectividade e o direito à alfabetização digital, tornaram-se direitos essenciais e devem ser reconhecidos como direitos universais devido à sua importância crucial para o exercício de outros direitos. Na região, em uma sentença visionária de 30 de julho de 2010, a Turma Constitucional (ou Quarta Turma) da Suprema Corte da Costa Rica reconheceu isso (sentença 12790 de 2010).

Parte 3 – Democracia, Américas e Justiça

Suprema. O programa *UNESCO'S Judges' Initiative* para a formação de juízes em matéria de liberdade de expressão, do qual a senhora participa, identificou como principais obstáculos para a garantia desse direito a falta de independência do Judiciário, de mecanismos técnicos apropriados e de informações sobre decisões de outros países em matéria de liberdade de expressão. Em sua opinião, como os obstáculos descritos podem ser superados? De que maneira a formação continuada de juristas pode garantir não somente o direito à liberdade de expressão, mas também outros direitos fundamentais?

Os governos autoritários são aqueles que exercem o poder do Estado (incluído o de uso de armas) de forma persistente e sem

derecho de acceso a la información y la libertad de expresión en estos países?

Creo que algunos derechos digitales como el derecho a la conectividad y el derecho a la alfabetización digital, se han convertido en derechos esenciales y deben ser reconocidos como derechos universales por su importancia crucial para el ejercicio de otros derechos. En la región, en una sentencia visionaria del 30 de julio 2010, la Sala Constitucional (o Sala Cuarta) de la Corte suprema de Costa Rica, así lo reconoció (sentencia 12790 de 2010).

Parte 3 – Democracia, América y justicia

Suprema. El programa *UNESCO'S Judges' Initiative* para la formación de jueces en libertad de expresión, en el que usted participa, ha identificado la falta de independencia judicial, de mecanismos técnicos adecuados y de información sobre las decisiones de otros países en materia de libertad de expresión como los principales obstáculos para garantizar este derecho. En su opinión, ¿cómo pueden superarse estos obstáculos? ¿Cómo puede la formación jurídica continua garantizar no solo el derecho a la libertad de expresión, sino también otros derechos fundamentales?

Los gobiernos autoritarios son aquellos que ejercen el poder del Estado (incluido el del uso de las armas) de forma persis-

controles institucionais. Esses governos são basicamente incomodados por dois fatores: as expressões críticas que os expõem e denunciam a arbitrariedade e os juízes que protegem essas expressões. É por isso que eles procuram controlar os juízes para que ninguém proteja o direito de se expressar criticamente. Em outras palavras, os juízes são a última barreira da liberdade de expressão. Se não houver juízes independentes e autônomos, não haverá liberdade de expressão, mas, onde há autonomia e independência do poder judiciário, é indispensável que os juízes conheçam os mais altos padrões de proteção de direitos. Esse não é um treinamento padrão nas faculdades de direito e é essencial que seja incutido nas escolas da magistratura, pois a função mais importante de qualquer juiz é defender os direitos humanos. Geralmente, essa tarefa exige que se decida contra os próprios desejos e preferências pessoais e, para isso, é indispensável contar com as técnicas e os critérios especializados que a doutrina e a jurisprudência vêm desenvolvendo há várias décadas. Para resolver conflitos de direitos humanos de forma adequada, é preciso um treinamento adequado.

Suprema. Mais recentemente, a senhora contribuiu para a construção do projeto *Oversight Board*¹⁰, iniciativa de uma grande empresa de tecnologia para moderar conteúdo a partir da perspectiva dos direitos humanos. O Comitê formado pelo projeto é independente

¹⁰ Mais informações podem ser encontradas no site do projeto: <https://www.oversightboard.com/>.

tente y sin controles institucionales. A estos gobiernos les molestan básicamente dos factores: las expresiones críticas que los exponen y denuncian la arbitrariedad, y los jueces que protegen esas expresiones. Por eso buscan controlar a los jueces para que así nadie proteja el derecho a expresarse críticamente. En otras palabras, los jueces son la última barrera de la libertad de expresión. Si no hay jueces independientes y autónomos no hay libertad de expresión. Pero allí donde existe autonomía e independencia del poder judicial, es indispensable que los jueces conozcan los más altos estándares de protección de los derechos. Este no es un entrenamiento habitual en las facultades de derecho y es indispensable que se instaure en las escuelas judiciales, pues el papel más importante de cualquier juez es el de defender derechos humanos. Esta tarea exige muchas veces decidir en contra de los propios deseos y preferencias personales y, para ello, es indispensable contar con las técnicas y criterios especializados que la doctrina y la jurisprudencia lleva elaborando varias décadas. Para resolver conflictos de derechos humanos adecuadamente, hay que entrenarse adecuadamente.

Suprema. Más recientemente, Usted contribuyó a crear el proyecto *Oversight Board*⁵, una iniciativa de una gran empresa tecnológica para moderar contenidos desde la perspectiva de los derechos humanos. El comité formado por el proyecto hace reco-

⁵ Más información en la página web del proyecto: <https://www.oversightboard.com/>.

e fornece recomendações políticas à empresa, de modo que esta possa melhorar suas regras e agir com mais transparência frente aos seus usuários. A senhora acredita que medidas como essa podem se tornar frequentes no mundo da tecnologia? Na sua opinião, qual deve ser o papel do Estado nas discussões sobre moderação de conteúdo?

Todas as grandes empresas de tecnologia, cujos serviços possam afetar os direitos humanos, devem ter mecanismos de supervisão internos e independentes de controle. Esses mecanismos só podem cumprir sua função lealmente, como sistemas de controle interno, se aqueles que os compõem tiverem garantias robustas semelhantes às do Poder Judiciário. Portanto, as pessoas encarregadas de tomar decisões de supervisão para as empresas devem ter contratos de prazo fixo e devem ter total autonomia para definir suas prioridades, administrar seu próprio orçamento, gerenciar sua própria administração e lidar com seus próprios processos disciplinares. Qualquer interferência direta ou indireta da empresa nessas decisões compromete a independência desses órgãos, mas, além disso, dado o impacto das grandes plataformas na vida em sociedade, é essencial que, como em qualquer outro grande setor, existam órgãos externos autônomos que possam supervisionar, com as devidas ressalvas e garantias, que os serviços prestados pelas plataformas não estejam sendo usados para fins ilícitos. Essas autoridades deveriam poder exigir que as plataformas realizem análises de risco

mendaciones políticas a la empresa para que mejore sus normas y actúe de forma más transparente con sus usuarios. ¿Cree que medidas como esta podrían generalizarse en el mundo de la tecnología? En su opinión, ¿qué papel debe desempeñar el Estado en los debates sobre moderación de contenidos?

Todas las grandes empresas tecnológicas cuyos servicios puedan impactar los derechos humanos, deberían tener mecanismos internos e independientes de control. Estos mecanismos solo pueden cumplir lealmente su función como sistemas de control interno, si quienes los integran tienen garantías robustas similares a las del poder judicial. Por ello, quienes están encargados de adoptar las decisiones de supervisión de las empresas, deben contar con contratos a término fijo y deben tener total autonomía para definir sus prioridades, administrar su propio presupuesto, gestionar su propia administración y tramitar sus propios procesos disciplinares. Cualquier interferencia, directa o indirecta de la compañía en estas decisiones, compromete la independencia de estos órganos. Pero además, dado el impacto de las grandes plataformas en la vida en sociedad, resulta indispensable que, como en cualquier otra gran industria, existan agencias autónomas externas que puedan supervisar, con las reservas y cautelas apropiadas, que los servicios que prestan las plataformas no están siendo utilizados para fines ilícitos. Estas autoridades deberían poder ordenar a las plataformas la realización de análisis de riesgo sistémico sobre las

sistêmico de suas decisões de projeto, políticas e sistemas de implementação e garantir que tenham incorporado todas as medidas de mitigação necessárias para lidar com quaisquer riscos. Devem ser exigidas das plataformas mais transparência e mais prestação de contas, por exemplo, quanto à existência de conflitos de interesse, e os usuários devem ter a garantia de processos de apelação mais robustos. Isso independe dos poderes dos órgãos judiciais que mencionei em uma pergunta anterior. Acredito que as decisões sobre moderação de conteúdo devem ser passíveis de contestação judicial e que os juízes devem decidir esses casos usando a doutrina do efeito horizontal dos direitos fundamentais (o chamado *Drittwirkung der grundrechte*).

Suprema. Assim como no âmbito internacional, a liberdade de expressão é uma pauta antiga no Supremo Tribunal Federal, que sofre alterações e se complexifica na medida em que os avanços tecnológicos são incorporados na realidade social. Há 20 anos, no Caso Ellwanger¹¹, a Corte discutiu sobre as limitações à escrita, edição, divulgação e comercialização de livros que fazem apologia a ideias preconceituosas e discriminatórias. Atualmente, o STF preocupa-se com uma realidade ainda mais complexa,

decisiones de diseño, las políticas y los sistemas de implementación que tengan, y asegurarse de que han incorporado todas las medidas de mitigación indispensables para conjurar cualquier riesgo. Debería exigirse a las plataformas mayor transparencia y rendición de cuentas, por ejemplo, sobre la existencia de conflictos de interés. Y debería garantizarse a las y los usuarios procesos más robustos de apelación. Todo esto, con independencia de las facultades de los órganos judiciales que ya mencioné en una pregunta anterior. Creo que las decisiones sobre moderación de contenidos deben poder ser cuestionadas mediante acciones judiciales y que los jueces deben resolver esos casos empleando la doctrina del efecto horizontal de los derechos fundamentales (la llamada *Drittwirkung der grundrechte*).

Suprema. Al igual que a nivel internacional, la libertad de expresión es un tema de larga data en el Supremo Tribunal Federal, que cambia y se vuelve más complejo a medida que los avances tecnológicos se incorporan a la realidad social. Hace 20 años, en el caso Ellwanger⁶, la Corte debatió las restricciones a la escritura, a la publicación, a la divulgación y a la comercialización de libros que condonan ideas prejuiciosas y discriminatorias. En la actualidad, el STF se ocupa de una realidad aún más compleja, las

¹¹ O Caso Ellwanger foi julgado no HC 82.424, em 19 de março de 2004, no qual o STF negou a concessão de *habeas corpus* e enquadrou o antissemitismo como crime de racismo e reconheceu a imprescritibilidade dos crimes de racismo.

⁶ El caso Ellwanger fue juzgado en el HC 82.424, el 19 de marzo de 2004, en el que el STF denegó la concesión del *habeas corpus* y calificó el antissemitismo como crimen de racismo y reconoció la imprescritibilidad de los crímenes de racismo.

as chamadas *deep fakes*¹². Quais são os desafios para a propagação de informações de qualidade quando não se pode mais confiar naquilo que vemos e ouvimos? Como o Poder Judiciário pode auxiliar no enfrentamento da desinformação?

Enquanto a democracia é o processo que me permite selecionar minhas preferências políticas, o direito à autonomia pessoal é o direito que me permite selecionar minhas preferências pessoais. Para poder participar do processo democrático ou tomar decisões sobre minha própria vida, preciso ter informações oportunas, suficientes e confiáveis. Não podemos falar de uma decisão livre se essa decisão não for adequadamente informada. Portanto, a informação é um ativo de enorme valor para a integridade do processo eleitoral e para o exercício da liberdade pessoal. Sua importância é tão grande que sempre houve uma disputa acirrada pelo seu controle. Os governos autoritários sonham em impor uma verdade única e oficial para controlar as preferências e os desejos das pessoas. Ao contrário, os sistemas democráticos favorecem a pluralidade porque se baseiam na premissa de que é a deliberação que permite encontrar o que faz sentido ou é realmente valioso para todos. No entanto, as novas formas de comunicação por meio das redes sociais, em muitos casos, favorecem a circulação de conteúdo inflamatório, tendencioso

¹² As *deep fakes* são fotos, vídeos e áudios criados falsamente ou modificados por meio da Inteligência Artificial.

llamadas *deep fakes*⁷. ¿Cuáles son los retos de difundir información de calidad cuando ya no podemos confiar en lo que vemos y oímos? ¿Cómo puede ayudar el Poder Judicial a hacer frente a la desinformación?

Mientras la democracia es el proceso que me permite seleccionar mis preferencias políticas, el derecho a la autonomía personal es el derecho que me permite seleccionar mis preferencias personales. Para poder participar en el proceso democrático o tomar decisiones sobre mi propia vida, debo contar con información oportuna, suficiente y fidedigna. No podemos hablar de una decisión libre si esta decisión no está adecuadamente informada. La información es pues un bien de enorme valor para la integridad del proceso electoral y para el ejercicio de la libertad personal. Es tal su importancia que desde siempre ha existido una ardiente disputa por su control. Los gobiernos autoritarios sueñan con imponer una verdad única, oficial para poder controlar las preferencias y deseos de las personas. Al contrario, los sistemas democráticos favorecen la pluralidad pues parten de la premisa de que es la deliberación la que permite encontrar aquello que tiene sentido o que es verdaderamente valioso para cada uno. Sin embargo, las nuevas formas de comunicación mediante las redes sociales, en no pocos casos, favorecen la circulación de contenidos inflamatorios, tendenciosos

⁷ Los *deep fakes* son fotos, vídeos y audio creados falsamente o modificados mediante Inteligencia Artificial.

ou totalmente falso, com o objetivo de indignar a sociedade, e não de informá-la. Alguns desses casos envolvem conteúdos manipulados que mostram pessoas dizendo algo que não disseram ou fazendo algo que não fizeram, bem como eventos inexistentes. Esses casos se referem às chamadas falsidades profundas ou *deep fakes*, que têm a intenção de enganar os sentidos, e como podemos não acreditar em algo que percebemos por meio dos sentidos? Não chegamos a um estado evolutivo que nos permita, enquanto mantivermos nossa sanidade, dissociar o que percebemos por meio dos sentidos daquilo que não corresponde à realidade. Para lidar com esse fenômeno, acredito que todas as plataformas deveriam investir os recursos necessários para identificar esse tipo de conteúdo e, no mínimo, rotulá-lo com destaque, para que quem o receba saiba imediatamente que é falso. A distribuição dessas informações é ainda mais prejudicial quando é feita por meio de processos de microsegmentação, utilizando indevidamente os dados das pessoas. Se a liberdade e a democracia devem ser protegidas, as pessoas têm o direito de saber, pelo menos, quando estão sendo submetidas a conteúdos manipulados.

Em certos casos, esse conteúdo deve ser removido imediatamente. Imagine, por exemplo, um conteúdo que mostre imagens falsas de uma erupção de lava em direção a uma cidade, deixando dezenas de pessoas mortas pelo caminho. Imagine que esse é um conteúdo manipulado que busca fazer com que os vizinhos fujam em pânico,

o diretamente falsos, destinados a indignar a la sociedad, no a informarla. En algunos de estos casos se trata de contenidos manipulados que muestran a las personas diciendo algo que no han dicho o haciendo algo que no han hecho, así como sucesos inexistentes. Estos casos se refieren a las llamadas falsificaciones profundas o *deep fakes*, que tienen el propósito de engañar a los sentidos y ¿cómo no creer en algo que percibimos a través de los sentidos? No hemos llegado a un estado evolutivo que nos permita, mientras conservamos la cordura, dissociar lo que percibimos a través de los sentidos de lo que no corresponde a la realidad. Para hacer frente a este fenómeno creo que todas las plataformas deberían invertir los recursos necesarios para identificar este tipo de contenidos y, cuando menos, etiquetarlos de manera prominente, de forma tal que quien los reciba sepa, de inmediato, que son falsos. La distribución de esta información es todavía más dañina cuando se hace mediante procesos de microsegmentación, empleando indebidamente los datos de las personas. Si de lo que se trata es de proteger la libertad y la democracia, la gente tiene derecho a saber, al menos, cuando está siendo objeto de contenidos manipulados.

En ciertos casos, esos contenidos deben ser directamente eliminados. Imagina por ejemplo un contenido que muestra las imágenes falsas de una irrupción de lava que se dirige hacia una población dejando a decenas de muertos en el camino. Imagina que se trata de un contenido manipulado que busca que los vecinos

abandonando todos os seus pertences. Suponhamos que o sistema de monitoramento de vulcões confirme que essa informação é completamente falsa, mas as pessoas não sabem como consultá-lo e só recebem dezenas ou centenas de mensagens falsas pelas redes. As plataformas não deveriam remover imediatamente essa informação?

Por fim, o Poder Judiciário poderia ordenar ações concretas por parte das plataformas. Não se trata de se tornar o árbitro da verdade – para usar uma expressão estadunidense – não. Trata-se de ordenar a verificação independente de informações que sejam indispensáveis para o exercício dos direitos e a respectiva moderação pelas plataformas. E tudo isso de forma independente dos governos e em estrita observância à legislação internacional de direitos humanos.

Suprema. Neste ano, celebramos os 200 anos do constitucionalismo no Brasil, que passou por diferentes formas de governo e regimes políticos. A Constituição Federal de 1988 representa o marco democrático nessa história e tem garantido o livre exercício do pensamento. Com o passar dos anos, as redes sociais tornaram-se espaços de mobilização e articulação dos movimentos sociais e políticos. Quando mal utilizadas, no entanto, elas podem trazer consequências desastrosas para o cenário democrático, como, por exemplo, a polarização de opiniões. Diante disso, como observa os impactos das redes sociais nos cenários políticos latino-

salgan despavoridos abandonando todas sus pertenencias. Supongamos que el sistema de monitoreo volcánico confirma que esta información es completamente falsa, pero la gente no sabe consultarlo y solo recibe decenas o centenares de mensajes falsos por las redes, ¿no deberían las plataformas eliminar de inmediato esta información?

Finalmente, el poder judicial podría ordenar acciones concretas a las plataformas. No se trata de que se convierta en el árbitro de la verdad – usando una expresión estadounidense – no. De lo que se trata es de ordenar la verificación independiente de información que es indispensable para el ejercicio de los derechos y la respectiva moderación por parte de las plataformas. Y todo, de manera independiente de los gobiernos y con estricto apego al derecho internacional de los derechos humanos.

Suprema. Este año celebramos 200 años de constitucionalismo en Brasil, que ha pasado por diferentes formas de gobierno y regímenes políticos. La Constitución Federal de 1988 representa el hito democrático de esta historia y ha garantizado el libre ejercicio del pensamiento. A lo largo de los años, las redes sociales se han convertido en espacios de movilización y articulación de movimientos sociales y políticos. Sin embargo, cuando se utilizan mal, pueden tener consecuencias desastrosas para el panorama democrático, como la polarización de las opiniones. Ante esto, ¿cómo ve el impacto de las redes sociales en los escenarios políticos latinoameri-

-americanos? Quais medidas regulatórias e/ou éticas podem ser adotadas para mitigar esses impactos sem comprometer a liberdade de expressão e o pluralismo do debate público?

Não é novidade dizer que as redes sociais têm duas faces. Por um lado, elas são um mecanismo com enorme poder democratizador. É exatamente por isso que ditaduras como a de Cuba ou da Nicarágua fazem grandes esforços para controlá-las. Entretanto, elas também têm um lado sombrio. Assim como podem servir para denunciar a arbitrariedade, também podem servir para incitá-la. Esse desafio é enfrentado de forma diferente por diferentes culturas e tradições jurídicas. Os Estados Unidos entenderam que devem deixar as plataformas se regularem sozinhas. A Europa adotou o chamado “pacote de serviços digitais”, que inclui a Lei de Serviços Digitais. Alguns países, como a França e a Alemanha, adotaram regulamentações sobre questões específicas de moderação de conteúdo, e juízes, em países como Alemanha, Itália, Espanha, França ou Países Baixos, passaram a proferir decisões exigindo que as plataformas cumpram suas responsabilidades de direitos fundamentais. Em nossa região, com exceção de regulamentações autocráticas, como a da Nicarágua, foram os juízes que, em casos específicos, determinaram que as plataformas cumprissem suas responsabilidades. Acredito que seja importante iniciar uma reflexão multissetorial, convocada pelos Estados democráticos da região, sobre a melhor forma de adotar mecanismos que permi-

canos? ¿Qué medidas regulatorias y/o éticas pueden adoptarse para mitigar estos impactos sin poner en riesgo la libertad de expresión y el pluralismo del debate público?

No es una novedad decir que las redes sociales tienen dos caras. Por un lado, son un mecanismo con un enorme poder democratizador. Por eso justamente las dictaduras como Cuba o Nicaragua hacen enormes esfuerzos para controlarlas. Sin embargo, también tienen un lado oscuro. De la misma manera como pueden servir para denunciar arbitrariedades, pueden servir para incitarlas. Este desafío es afrontado de forma distintas por las distintas culturas y tradiciones jurídicas. Estados Unidos ha entendido que debe dejar que las plataformas se auto regulen. Europa ha adoptado el llamado “paquete de servicios digitales” dentro del cual se encuentra la Ley de Servicios Digitales, algunos países como Francia y Alemania han adoptado regulaciones sobre temas específicos de moderación de contenidos y jueces de países como Alemania, Italia, España, Francia o Países Bajos, pasaron a proferir decisiones llamando a las plataformas a cumplir sus responsabilidades en materia de derechos fundamentales. En nuestra región, salvo las regulaciones autocráticas como la de Nicaragua, son los jueces los que en casos concretos han llamado a las plataformas a cumplir sus responsabilidades. Creo que es importante comenzar una reflexión multisectorial, convocada por los Estados democráticos de la región, sobre la mejor manera de adoptar mecanismos que permitan la protección de la libertad de expresión y los

tam a proteção da liberdade de expressão e de outros direitos e bens fundamentais nesses contextos digitais. No mínimo, as plataformas devem estar sujeitas à jurisdição dos estados constitucionais em que operam, devem aumentar a proteção dos direitos dos usuários, a transparência e a responsabilidade e devem realizar análises de risco sistêmico de suas políticas, decisões de projeto e sistemas de implementação. Nada disso viola a liberdade de expressão. Pelo contrário, serve para protegê-la.

otros bienes y derechos fundamentales en estos contextos digitales. Cuando menos, las plataformas deberían estar sujetas a la jurisdicción de los estados constitucionales en los que operan, deberían aumentar la protección de los derechos de los usuarios, la transparencia y la rendición de cuentas. Y deberían hacer análisis de riesgo sistémico respecto de sus políticas, sus decisiones de diseño y sus sistemas de implementación. Nada de esto viola la libertad de expresión. Por el contrario, sirve para protegerla.